

RUA ALMIRANTE TAMANDARÉ

Lei nº 993 de 10-09-1953

Formada pela rua 24 do arruamento Bueno de Miranda - Cambuí

Início na rua Maria Monteiro

Término no balão de retorno

Arruamento Bueno de Miranda

Cambuí

Obs.: Lei promulgada pelo Prefeito Municipal de Campinas Antonio Mendonça de Barros.

## ALMIRANTE TAMANDARÉ

Joaquim Marques Lisboa nasceu em São Pedro do Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 13-dezembro-1807 e faleceu no Rio de Janeiro, em 29-março-1897. Ingressou na Marinha em março de 1823, como voluntário, embarcando na fragata "Niterói". Participou de toda a campanha da Independência como praticante de piloto, mas já exercendo as funções de oficial subalterno. Em fevereiro do ano seguinte ingressou na Academia da Marinha. Após várias promoções por merecimento em junho de 1826 foi nomeado comandante da escuna "Constança", com apenas 19 anos de idade. Ao comandar a escuna "Bela Maria" teve importante participação no combate de Arregui e na repressão à revolta pernambucana de 1831 (Abrilada). Em 1840, sob a orientação de Caxias, combateu os "balaios", revolucionários maranhenses. Em 14-março-1847 tornou-se capitão de mar-e-guerra. Pouco depois, no comando do vapor "D. Afonso", salvou muitas vítimas do navio mercante "Ocean Monarch", incendiado nas proximidades de Liverpool, na Inglaterra. Tornou-se chefe-de-divisão em 1852 e chefe-de-esquadra, em 1854 e fiscalizou na Europa, a construção de dez canhoneiras encomendadas pelo Governo brasileiro, que emprestaram importantes serviços na guerra contra o Paraguai. Foi promovido a vice-almirante em 1859 e agraciado com o título de barão de Tamandaré em março de 1860; em janeiro de 1867 foi elevado à condição de almirante e visconde; em 1887 à de conde, e em 1888 à de marquês. Joaquim Marques Lisboa foi ajudante-geral da Armada e ministro do Supremo Tribunal Militar. Reformado à pedido em 20-janeiro-1890, era dignatário da Ordem Rosa do Cruzeiro do Sul, de São Bento de Avis, da Torre e Espada (de Portugal) e Grã-Cruz da Ordem Imperial, da Áustria. Foi ajudante de campo do Imperador, Conselheiro de Guerra, gentil-homem da Imperial Câmara. O Almirante Tamandaré é o patrono da Marinha brasileira e a data de seu nascimento - 13 de dezembro, é o Dia da Marinha.



### Lei n. 993, de 10 de Setembro de 1953

Dá o nome de "Almirante Tamandaré" a uma rua da cidade

A Câmara Municipal decreta e eu, Prefeito do Município de Campinas, promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1.º — Fica denominada *Almirante Tamandaré* a Rua 24 do arruamento Bueno de Miranda e que tem início na Rua Maria Monteiro, entre as Ruas Dr. Carlos Guimarães e Sampaio Ferraz.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Campinas, aos 10 de setembro de 1953.

*A. Mendonça de Barros*  
Prefeito Municipal

Publicada no Departamento do Expediente da Prefeitura Municipal, em 10 de setembro de 1953.

O Diretor,  
*Admar Maia*



## Ruas de Campinas

(Trabalho de ALAOR MALTA GUIMARÃES)

XIX

### ALMIRANTE TAMANDARÉ

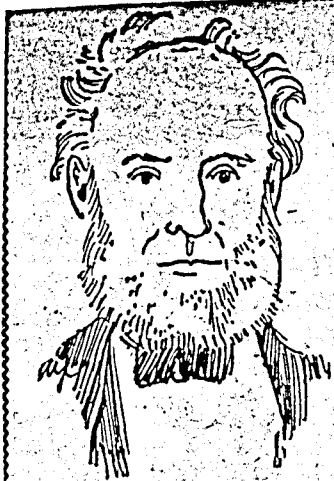
(Começa na rua Maria Montelro, entre as ruas Dr. Carlos Guimarães e Carlos Ferraz, no Arruamento Bueno de Miranda, no Cambuí). Denominação dada pela Lei n.º 993, de 10 de Setembro de 1953.

#### DADOS BIOGRÁFICOS

Joaquim Marques Lisboa, nasceu aos 13 de Dezembro de 1807, na cidade de S. Pedro, no Estado do Rio Grande do Sul e faleceu no Rio de Janeiro, aos 29 de Março de 1897.

Sentou praça em 1823, como voluntário na Armada Brasileira em organização, na capital do país, e, em seguida partiu para a Bala, tomando parte nas lutas de nossa independência. Em 1825 foi promovido a tenente e, em consecutivas promoções por merecimento e bravura, atingiu, em 1867, o alto posto de almirante. Integrou as forças que bateram os revolucionários do Equador e participou brilhantemente da Campanha Cisplatina. Na Guerra do Paraguai chefiou a esquadra brasileira

e a ele se deve o avanço da divisão da esquadra brasileira que, sob o comando do Almirante Barroso, se cobriu de glórias na batalha do Riachuelo, no dia 11 de Julho de 1865. Por seus inestimáveis serviços prestados ao Brasil, o Imperador Dom Pedro II agraciou-o com o título de Barão e, sucessivamente, Conde e Marquês de Tamandaré. Foi ajudante de campo do Imperador, conselheiro de guerra, gentil-homem da Imperial Câmara. Recebeu a grã-cruz efetiva Imperial da Ordem da Rosa. Era também dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro.



20-3-1963

1897 — Morre no Rio de Janeiro Joaquim Marques Lisboa, marquês de Tamandaré, nascido no Rio Grande do Sul a 13 de dezembro de 1807. Ingressou na Marinha brasileira logo que esta se iniciava, após o Grito do Ipiranga, e se destacou no combate às navas lusas que pretendiam guerrear contra a Independência: perseguiu-as até fazê-las entrar na embocadura do Tejo; regressando, tomou parte, do lado do governo, na Guerra dos Cabanos, nas Balaiadas, Sabinadas, Guerra dos Farrapos e Guerra do Paraguai. Grande figura da Marinha, a seu respeito escreveu o historiador Prado Mala: — "Marinheiro, viveu integrado na Marinha a que dedicou todas as veemências e todas as ternuras do seu coração e do seu espírito".

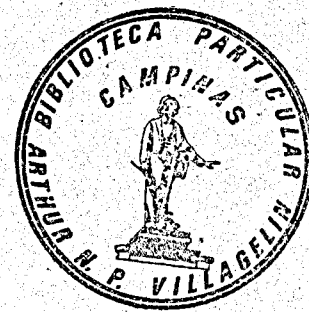


## Almirante Tamandaré



Joaquim  
Marques  
Lisboa

A 29 de março de 1897 faleceu no Rio de Janeiro o almirante Joaquim Marques Lisboa, marquês de Tamandaré, patrono da Marinha brasileira, nascido no dia 13 de dezembro de 1807, em São Pedro, Rio Grande do Sul. Sentou praça em 1823 como voluntário na Armada Brasileira em organização na então capital do país, tomando parte, em seguida, nas lutas de nossa independência. Em 1825, foi promovido a tenente e, em consecutivas promoções, por merecimento e bravura, atingiu em 1867, o posto de almirante. Integrou as forças que bateram os revolucionários do Equador e participou brilhantemente da Campanha de Cisplatina. Na guerra do Paraguai chefiou a esquadra brasileira e a ele se deve o avanço da divisão da esquadra que, sob comando do almirante Barroso, cobriu-se de glórias na batalha do Riachuelo, no dia 11 de julho de 1865. Pelos serviços prestados ao Brasil, o imperador d. Pedro II agraciou-o com o título de barão e, posteriormente, conde e marquês de Tamandaré. Foi ajudante de campo do imperador, conselheiro de Guerra, gentil-homem da Imperial Camara. Recebeu a grã-cruz da Imperial Ordem da Rosa. Era também dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro.



Almirante Tamandaré (1807-1897) — Oficial da Marinha do Brasil, da qual se tornou patrono, o Almirante Joaquim Marques Lisboa, Barão, Visconde, Conde e Marquês de Tamandaré, filho do Capitão de Milícias Francisco Marques Lisboa, patrão-mor na barra do Rio Grande, nasceu a 13 de dezembro, na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul.

Desde pequeno, viveu sempre viajando, aprendendo a manobra dos barcos e as práticas de navegação. Proclamada a Independência, cuidou D. Pedro II de organizar a Marinha Brasileira. Joaquim Marques Lisboa alistou-se passando a servir na fragata "Niterói", sob o comando de Taylor. Participou da luta contra o General Madeira na Bahia e da perseguição da esquadra portuguesa até a foz do Tejo.

Ingressou depois na Academia da Marinha, mas estourando em Pernambuco a revolução que conduziria a Confederação do Equador, entrou logo em ação.

Retornou em seguida a Academia, sendo depois efetivado como segundo tenente em 1826 e removido para as guerras do Sul. Deu novas demonstrações de coragem, que lhe valeram algumas promoções.

Em 1840 já era capitão de fragata e em 1847 capitão de mar e guerra, desempenhando diversas funções no país e no estrangeiro. Salvou pessoas e tripulações e ainda navios, dando um exemplo de heroísmo e espírito humanitário.

Sua atuação nas lutas do Prata, na qualidade de Comandante-Chefe das Forças Navais Brasileiras, foi decisiva. Participou tam-

bem da guerra com o Paraguai e teve atuação destacada nas lutas contra diversas revoluções irrompidas no país: Confederação do Equador, Setembrada, Abrilada, Cabanada, Sabinada, Balaiada e Revolução Praieira.

Indo D. Pedro II visitar as províncias do Norte, foi Joaquim Marques Lisboa o comandante da esquadra que o conduziu. Na viagem de volta, pediu ele permissão ao Imperador para tocar no pequeno porto de Tamandaré e ali recolher os ossos de um irmão, maior revolucionário, afim de trazê-los para o jazigo da família, no Rio de Janeiro. Concordou o Imperador, e fez mais. Reconhecendo os relevantes serviços prestados à nação por Marques Lisboa, agraciou-o com o título de Barão de Tamandaré.

Joaquim Marques Lisboa foi sempre um grande amigo de D. Pedro II, causando-lhe grande pesar a deposição do monarca. Aceitou, entretanto, o fato consumado, dizendo: "O que está feito está feito. Cuidemos agora de trabalhar e engrandecer a nossa pátria."

Dois meses após pedir reforma, ficando como ministro do Supremo Tribunal Militar, poucos dias antes de falecer, aos 90 anos, exonerou-se. Morreu a 20 de março e seu sepultamento no cemitério do Caju constituiu verdadeira apoteose. A data natalícia do Nelson brasileiro é agora comemorada como o Dia do Marinheiro. Existe expressivo monumento à memória de Tamandaré na Praia de Botafogo no Rio de Janeiro.

AUGUSTO SEIXAS RIBEIRO

# Há 85 anos falecia, no Rio, o patrono da Marinha.



Há 85 anos, exatamente aos 20 de março de 1897, falecia, no Rio de Janeiro, Joaquim Marques Lisboa, o marquês de Tamandaré, patrono da Marinha Brasileira. Nascido aos 13 de dezembro de 1807 — dia em que se comemora a data máxima da Marinha. — Ingressou nesta Arma em março de 1823 como voluntário, embarcando na fragata "Niterói".



O marquês de Tamandaré

Participou de toda a campanha da Independência como praticante de piloto, mas já exercendo as funções de oficial subalterno. Em fevereiro do ano seguinte ingressou na Academia da Marinha. Após várias promoções por merecimento, aos 30 de junho de 1828 foi nomeado comandante da escuna "Constança", com apenas 19 anos de idade. Ao Comandar a escuna "Bela Maria" teve participação importante no combate de Arregui e na repressão à revolta pernambucana de 1831 ("Abrilada"). Em 1840, sob a orientação do então barão de Caxias (mais tarde, duque de Caxias, o patrono do Exército brasileiro), combateu os revolucionários maranhenses, os "balaios".

almirante em 1859 e agraciado com o título de barão de Tamandaré em março de 1860; em janeiro de 1867 foi elevado à condição de almirante e visconde; em dezembro de 1887 à de conde, e em 1888 à de marquês.

Em 14 de março de 1847 tornou-se capitão de mar-e-guerra graduado. Pouco depois, no comando do vapor "D. Afonso", salvou muitas vítimas do navio mercante "Ocean Monarch", incendiado nas proximidades de Liverpool, Inglaterra.

Joaquim Marques Lisboa foi ajudante-geral da Armada e ministro do Supremo Tribunal Militar. Reformado a pedido em 20 de janeiro de 1890, era dignitário da Ordem Rosa do Cruzeiro do Sul, de São Bento de Avis, da Torre e Espada (de Portugal) e Grã-Cruz da Ordem Imperial, da Áustria.

Tornou-se chefe-de-divisão em março de 1852; chefe-de-esquadra em 1854 e fiscalizou, na Europa, a construção de dez canhoneiras encomendadas pelo Governo brasileiro, que importantes serviços prestaram na guerra contra o Paraguai. Foi promovido a vice-

Morreu aos 20 de março de 1897, com 90 anos e foi levado à sepultura por uma turma de marinheiros, conforme o desejo que manifestou nos últimos dias de vida.

Como assinalam vários de seus biógrafos, a vida do almirante Tamandaré nada mais é do que a própria história da Marinha brasileira, especialmente no período compreendido entre 1823 e 1897.

(Extraído do jornal "Folha da Tarde" de São Paulo do dia 19-março-1982)

SEGREDO E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

Pedro Calmon

(Da Academia Brasileira de Letras)



## *E êles foram os heróis de Riachuelo*

**P**OR uma singular coincidência, a Marinha brasileira esteve presente às revoluções que em 1848 e em 1860 abalaram a Europa. E a tempo de galantemente socorrer as princesas irmãs de D. Pedro II, D. Francisca, princesa de Joinville, e D. Januária, condessa d'Áquila.

Em ambos os casos, os destemidos capitães foram surpreendidos pelos acontecimentos e portaram-se com impecável cavalheirismo. Chamavam-se Joaquim Marques Lisboa e Bento José de Carvalho; os seus barcos, a fragata Dom Afonso e a corveta, em viagem transatlântica de estudos dos guardas-marinhas, Dona Isabel.

Marques Lisboa (o futuro Marquês de Tamandaré) ia receber nos estaleiros ingleses o primeiro navio a vapor da esquadra imperial. Mal lhe chegou a notícia da queda dos Orléans, em Paris, decidiu oferecer a proteção da bandeira à princesa sua patricia cujo marido se encontrava então na Argélia. O governo do Rio de Janeiro aprovou "que houvesse pôsto a fragata Dom Afonso à disposição de S. A. R.". Isto em fevereiro. Em agosto de 1848 os Joinvilles, já no exílio britânico, foram levar-lhe em Liverpool as despedidas e os agradecimentos. Achavam-se a bordo quando praticou Marques Lisboa a façanha memorável do salvamento da galera Ocean Monarch; e a esta circunstância se deve o desenho exato que o descreve — da autoria do príncipe, discípulo aplicado de Ari Schefer.

Em 1860 a pequena corveta Dona Isabel percorria os longínquos mares com a sua turma de aspirantes, comandada por um capitão-tenente — Bento José de Carvalho —, para quem a arte de navegar não tinha segredos.

Correra-lhe excelente a travessia, dos Estados Unidos para a Inglaterra. Em Londres, a legação do Império sugeriu que mudasse o itinerário. Em vez de seguir para o Báltico, descesse para o Mediterrâneo, pois se desencadeara na Itália a guerra civil e possivelmente lhe pediriam o auxílio os brasileiros de Nápoles. Com este propósito transpôs o Comandante Carvalho o Estreito de Gibraltar. A 23 de julho de 1860 entrou na baía majestosa, dominada pelo monstruoso vulto do Vesúvio; e logo teve ordem do Visconde de Santo Amaro, que representava o Brasil junto à côrte dos Bourbons, para fundear perto de Pietra Salata, em Poselippo, onde desde 1845 moravam os condes d'Áquila.

Como o episódio é duplamente desconhecido, da História brasileira e da napolitana, vale a pena recordá-lo.

Tio do jovem rei das Duas Sicílias, o Conde d'Áquila com ele se indispusera, numa divergência irreparável. Antes de tombar, aquela condenada monarquia desmanchava-se em intrigas domésticas, assumindo o cunhado do imperador do Brasil o papel ambíguo de conselheiro e rival do trono, seu sustentáculo, como chefe da poderosa armada de barcos a vapor, e seu adversário, como conspirador liberal. Abrindo a cisão na família, considerava a situação perdida, antevia a marcha triunfal dos garibaldinos, não dava um ceítil pela "reação"; e sugeria, como remédio heróico, o regime representativo. Que se voltasse à Constituição!

Foi S. A. R. quem obteve do rei que se desse a Constituição, segredou o Ministro José Ribeiro da Silva (arquivo do Itamarati).

Não tardou o rompimento: e o Conde d'Áquila recebeu instruções para embarcar num navio de guerra. Sòmente a 14 milhas fora da barra poderia conhecer através da carta de prego o destino que o sobrinho lhe reservara.

Entre a deportação e o abrigo diplomático, não havia hesitação possível. D. Januária fez por certo prevalecer a sua vontade. A corveta, que levava à pôpa o "auri-verde pendão", era um pedaço da pátria, onde teria hospedagem e segurança. A 11 de agosto (de 1860) começou, sem que as autoridades de terra suspeitassem, o transporte das bagagens. A 15, dia da Senhora da Glória — o Conde d'Áquila, a mulher,

*continua na página 124*



## SECREDOS E REVELAÇÕES DA HISTÓRIA DO BRASIL

continuação da página 120



os filhos meteram-se furtivamente numa falua, que os levou para a Dona Isabel. E antes que o governo de Nápoles pudesse embargar-lhe a saída, ou pelo menos, saber que o príncipe, desobedecendo ao rei, cautelosamente escapava às suas cóleras — içou a corveta as velas e aprobejou para o horizonte azul. Depôs em Marselha os passageiros. Aí concedeu o Conde d'Áquila a sua estrondosa entrevista aos jornais, em que se jactava de ter um dia recusado a coroa de um país sul-americano!

A Dona Isabel prosseguiu a bela viagem — de retorno à Pátria. Mas com rijo vento, e em águas furiosas que deram com ela nos cachopos, a seis milhas ao sul do Cabo Espertel, na mais tormentosa noite de que há registro na nossa literatura marítima.

O Segundo-Tenente José Marques Guimarães, numa narrativa cheia de terríveis minúcias, conta a perda da corveta no áspero litoral marroquino.

Essa carta — transcrita por Henrique Boiteux em Os Nossos Almirantes — faz o elogio da equipagem em luta grandiosa com a tempestade: e destaca a figura severa de Bento José de Carvalho, imperturbável nas longas horas de angústia, comandando até o fim a frágil embarcação, que era um juguete na crista das vagas, superior ao infortúnio, símbolo do velho marujo, que não sobrevive ao seu navio. Com êle desapareceu na voragem.

Foi em 11 de novembro de 1860.

O Tenente Guimarães diz que reunira corretamente "o conselho de oficiais e deliberou-se em opinião geral entrar no Estreito de Gibraltar e procurar na baía desse mesmo nome um abrigo seguro... Foi portanto essa a última decisão, e nem podia haver outra, pois fugir da costa era impossível com tal temporal, que ameaçava derrubar a mastreação; contudo, puxávamos com as gáveas nos terceiros, papafigos embaixo e mezena, não levando pano algum à proa para ter-se o navio à orça, e ignora qual fôsse exatamente a posição do navio. Estávamos porém entre Cádiz e o Cabo Trafalgar e muito próximos à costa". Despedaçada a corveta nos parciais, ao amanhecer o dia, os que ainda se mantinham agarrados às tábuas do tombadilho verificaram que tinham dado "em uma praia bordada de matas". Salvaram-se três tenentes, seis guardas-marinhas, o comissário, cinco oficiais-marinheiros e 68 praças. Pereceram o comandante, cinco tenentes, os dois cirurgiões, o capelão, onze guardas-marinhas, o escrivão, o boticário e 101 praças.

O cônsul em Gibraltar obteve que uma fragata inglesa transportasse os naufragos para Lisboa. É imaginar a emoção despertada no Brasil ao chegarem no vapor *Extremadura*, ao Rio de Janeiro, de onde galhardamente zarpara meses antes a corveta para a sua longa expedição. Circulou em homenagem às vítimas uma litografia, que é uma apoteose: ao centro da guarnição adolescente, que o acompanhou aos abismos, o Capitão-Tenente Bento José de Carvalho parece dirigir ainda a manobra do seu airoso veleiro. Silenciaram os jornais sobre a sua missão em Nápoles. Caiu no olvido o episódio dramático da fuga do Conde d'Áquila, da Princesa Januária, dos filhos, embarcados clandestinamente na corveta brasileira — quando naquele cenário maravilhosos a dinastia recalcitrante representava o ato final de sua comédia política. A opinião mundial impressionou-se com a sorte dos "imperiais marinheiros", sumidos na borrasca, e que de um a outro hemisfério tinham levado as cores poéticas do seu pavilhão. É talvez uma ressonância desta história a misteriosa alusão de Guy de Maupassant, num de seus contos tétricos, à Marinha do Império. Em "Le Horla", flitou êle com os olhos alucinados o porto tranqüilo onde, junto a "duas goletas inglesas cujo pavilhão vermelho ondulava no céu, surgia um soberbo três-mastros brasileiro, todo branco, admiravelmente luzente e elegante". O "superbe trois-mâts brésilien" — "tout blanc" — que fazia boa figura ao lado do poderio britânico na paz da enseada normanda, banhada de claridade e mistério, o vago mistério dos climas remotos e das viagens intermináveis — era como aquela corveta sólida e ágil que desapareceu no Mediterrâneo. Na época em que a Marinha do Brasil valorosamente se formava; e os futuros almirantes modelavam a alma e os músculos ao sol de todos os mares.

Este, o caso da Dona Isabel. E do seu bravo comandante, Bento José de Carvalho.

Os rapazes dessa geração enérgica seriam os heróis de Riachuelo — cinco anos depois.